

21 FEV 1988



Reação dos banqueiros ao feijão com arroz de Mailson foi positiva

Festejo acelera dinheiro japonês

LUIZ ROBERTO MARINHO
Da Editoria de Economia

A comemoração, em junho, dos 80 anos da imigração japonesa para o Brasil pode ir muito além do terreno meramente sentimental e protocolar nas relações bilaterais. O Governo brasileiro conta com a possibilidade de que o Japão, para tornar marcante o evento, venha a aprovar, mesmo que não esteja formalizado, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), alguns dos 120 projetos deixados em Tóquio como candidatos à parte dos 20 bilhões de dólares que vai emprestar aos países em desenvolvimento.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tem em mãos um "paper" elaborado pela sua assessoria internacional alertando para tal possibilidade. Ela se baseia, segundo o "paper", no profundo respeito que o governo japonês devota pela boa acolhida no Brasil dos migrantes do país, sentimento que pode prevalecer sobre a frieza e a matemática do raciocínio puramente econômico.

Será importante, dentro desse contexto, a viagem que Mailson fará ao Japão no próximo mês, com dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, revelam fontes da Assessoria Internacional da Fazenda, a visita contribuirá para apressar o detalhamento dos projetos, servindo para deflagrar, inclusive, a elaboração das minutas dos contratos dos empréstimos, de modo a que sejam imediatamente liberados assim que se formalize o acordo com o FMI. Em segundo lugar, é vital aos interesses brasileiros — a uma tradição nas relações econômicas japonesas — uma con-

versa do governo japonês com autoridade governamental de primeiro escalão.

Os 20 projetos deixados em Tóquio por duas missões incluem a modernização industrial a programas sociais. Com uma demanda de 3,6 bilhões de dólares para o biênio 88/89 — o que não significa que tal montante será liberado, representado, apenas, uma intenção do Brasil — beneficiam o reequipamento das indústrias têxtil, siderúrgica e de curtume e corredores de exportação, como o porto de Tubarão, no Espírito Santo.

Estão no pacote, empreendimentos como a melhoria da calha do rio Tietê (SP) e do sistema de abastecimento d'água de São Paulo, o combate à desnutrição, o aumento da produção agrícola, a importação de equipamentos para a área de ciência e tecnologia.

Um outro projeto prevê que o Japão antecipe o financiamento de compras de produtos brasileiros baseado no desempenho das exportações do País para o mercado japonês nos últimos seis meses. Tais recursos seriam destinados exclusivamente para fechar o balanço de pagamentos do Brasil e somariam 600 milhões de dólares, em dois anos, com prazo de amortização de 20 anos e 10 de carência.

Dois projetos pendentes há dois anos, existentes antes da decisão do Japão de usar parte do superávit de suas contas correntes para financiar países em desenvolvimento, estão, igualmente, na listagem deixada em Tóquio: 500 milhões de dólares para a Eletrobras, com o cofinanciamento a empréstimo do mesmo valor a ser liberado pelo Banco Mun-

dial, e 200 milhões de dólares para o Banco do Brasil e BNDES apoiarem as exportações.

Ambos os empreendimentos já estão contemplados no orçamento do Governo japonês e dependem do acordo brasileiro com o Clube de Paris para terem sinal verde — o que passa necessariamente, por um acordo prévio com o FMI.

O orçamento japonês de apoio aos países em desenvolvimento inicia suas liberações a partir de abril e seis países latino-americanos — Argentina, Colômbia, Venezuela, México, Paraguai e Bolívia — começam a abocanhar parte deste recurso. O maior empréstimo individual, já aprovado, fica com o México: nada menos do que 1 bilhão de dólares, para construção de uma refinaria de petróleo. A Yacimientos Petrolíferos — a Petrobrás argentina — levará 380 milhões de dólares do dinheiro do Japão também para montar uma refinaria.

São tentadores, pelo custo e pelos prazos, os empréstimos japoneses — uma das fontes de capitais externos com que conta o ministro da Fazenda para fazer crescer a economia, ao lado da renegociação da dívida, de 750 milhões de dólares do acordo com o FMI, e dos financiamentos do Clube de Paris, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Provêm de três fontes básicas — o Eximbank, o Overseas Economic Cooperation Fund e a Japan International Cooperation Agency (Jica) —, com prazos que variam entre 20 a 25 anos, carência variável de 180 dias a 10 anos e juros que vão, em média, de 3,2 por cento a 5,75 por cento ao ano, conforme cada uma das três instituições.